ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO E A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ: ESTRUTURA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

BRAZILIAN DEMOCRATIC RULE OF LAW AND THE CITIZEN CONSTITUTION: STRUCTURE, CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Ronny Max Machado¹

Osmar Fernando Gonçalves Barreto²

João Francisco Mantovanelli³

¹ Ronny Max Machado: Graduado em Direito pela Universidade São Judas Tadeu. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Escola Paulista de Direito. Especialista em Direito Constitucional e Direito Administrativo pela Escola Paulista de Direito. Especialista em Direito Ambiental Empresarial pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas. Mestre em Direito da Sociedade da Informação pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – São Paulo. Estado de São Paulo. Brasil. Diretor de Pesquisa e Pesquisador junto a Liga Acadêmica Brasileira de Antropologia e Direito Indígena-LABADI. E-mail: ronnymaxm@yahoo.com.br

² Doutor em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP (2024). Mestre em Direito da Sociedade da Informação pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (2017). Bolsista/Pesquisador CAPES (2017). Pós-graduado lato sensu em Direito e Processo do Trabalho pelo Damásio Educacional (2020). Pós-graduado lato sensu em Direito Privado pela Escola Paulista da Magistratura - EPM (2008). Graduado em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (2006). Professor de Direito Individual/Coletivo/Processual/Aplicado do Trabalho e de Estágio de Prática Supervisionada Trabalhista na graduação em Direito do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (2019 - até o momento). Professor do Núcleo de Prática Jurídica atuando no JEC-FMU (2020 - até o momento). Professor de Direito do Trabalho e Direito do Consumidor na pós-graduação da Universidade Guarulhos - UNG (2017 - 2018). Professor Conteudista de Direito do Consumidor no MBA na modalidade EAD do Grupo Ser Educacional (2018). Professor Tutor de Direito Civil da 2ª fase da OAB do Damásio Educacional (2018 - 2019). Professor Conteudista em Direito do Consumidor e Relações Jurídicas Contratuais e Obrigacionais no Estratégia Concursos (2019 - 2024). Professor Conteudista de Direito e Processo do Trabalho na pós-graduação e cursos de extensão do i9 Educacional (2024 - até o momento). Professor Conteudista de Direito e Processo do Trabalho na pós-graduação e cursos de extensão do ICJUR (2024 - até o momento). Relator na 5ª Câmara de Benefícios Pecuniários da Caixa da Assistência dos Advogados de São Paulo - CAASP (2022 - até o momento). Relator na 1ª Câmara de Benefícios Pecuniários da Caixa da Assistência dos Advogados de São Paulo - CAASP (2019 - 2021). Relator na 5ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - TED-OAB/SP (2020 - 2021). Coordenador do Núcleo de Direito e Processo do Trabalho da Comissão da Jovem Advocacia da OAB - SP (2018). Membro Efetivo da Comissão Especial de Direitos dos Animais (2022 - até o momento). Autor de artigos científicos e coautor de obras jurídicas. Advogado com atuação em Direito de Família, Direito do Consumidor, Direito Civil e Direito do Trabalho (2007- até o momento). E-mail: osmarfgb@gmail.com

³ Graduado em Direito da Faculdade de Americana -FAM (2009-2013) .Pesquisador junto ao Grupo de Pesquisa Observatório do Discurso de Ódio pelo Programa de Mestrado em Direito Da Sociedade da Informação do Centro Universitário da Faculdades Metropolitanas Unidas FMU- SP. Promovida pelo Professor Doutor Irineu Francisco Barreto Júnior. (2022 até o presente momento). E-mail: mantovanellijsaof@gmail.com

RESUMO

O presente artigo examina os desafios do Estado Democrático de Direito no Brasil, destacando a importância da Constituição Cidadã de 1988, os direitos fundamentais que a sustentam e as ameaças que a democracia enfrenta atualmente. Através da análise da participação popular e das garantias constitucionais, o trabalho científico discute como a Constituição assegura direitos individuais e coletivos, bem como a necessidade de proteção contra retrocessos e violações. O estudo também aborda as implicações de atitudes antidemocráticas e o papel do Código Penal na preservação do regime democrático. A metodologia adotada será a de revisão: tanto bibliográfica quanto normativa sobre o tema. Ademais, também se realizará um estudo de caso, especificamente, sobre os atos antidemocráticos contra o Congresso, Planalto e Supremo Tribunal Federal, de 08 de janeiro de 2023, considerados crimes políticos, a fim de se demonstrar o estado da arte a respeito do assunto. Conclui-se que a conscientização da população sobre a importância de seguir um caminho progressista e positivista é fundamental para a preservação da democracia, garantindo sempre o respeito ao princípio da dignidade humana e aos direitos fundamentais e sociais, promovendo assim a plenitude da cidadania brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Democrático de Direito; Constituição Cidadã; participação popular; garantias fundamentais; crimes políticos.

ABSTRACT

This article examines the challenges faced by the Democratic State of Law in Brazil, highlighting the importance of the 1988 Citizen Constitution, the fundamental rights it upholds, and the current threats to democracy. Through an analysis of popular participation and constitutional guarantees, the study discusses how the Constitution ensures individual and collective rights, as well as the need for protection against setbacks and violations. The study also addresses the implications of antidemocratic attitudes and the role of the Penal Code in preserving the democratic regime. The methodology used will be a review: both bibliographic and normative on the subject. Additionally, a case study will be conducted specifically on the antidemocratic acts against Congress, the Presidential Palace, and the Federal Supreme Court on January 8, 2023, which are considered political crimes, in order to demonstrate the current state of the art on the topic. It is concluded that raising public awareness about the importance of following a progressive and positivist path is fundamental for the preservation of democracy, ensuring respect for the principle of human dignity and fundamental and social rights, thus promoting the fullness of Brazilian citizenship.

KEYWORDS: Democratic State of Law; Citizen Constitution; popular participation; fundamental guarantees; political crimes.

INTRODUÇÃO

O Estado Democrático de Direito é um conceito jurídico que se refere a um Estado que respeita os direitos humanos e as garantias fundamentais, e que garante os direitos individuais, coletivos, sociais e políticos, e suas principais características são: limitação do poder do Estado em face dos direitos dos cidadãos; combate de abusos do aparato estatal em relação aos indivíduos; participação popular efetiva e constante nas decisões políticas; promoção de justiça social; conservação dos valores de liberdade e igualdade política; e separação de poderes dentro de um sistema de governo moderno.

Para consolidar tal Estado o lastro deve ser a Declaração dos Direitos Humanos, cujos princípios estão refletidos em seus artigos, que estabelecem direitos estritos, inalienáveis e naturais das pessoas, os quais devem ser respeitados e assegurados pela Constituição.

No Brasil o período de transição após a Ditadura Militar, marcou uma nova era de estabilidade e proteção dos direitos humanos. A fim de se manter tal *status* esse artigo analisará a estrutura do Estado Democrático de Direito, a importância da Carta Cidadã e os desafios enfrentados para a preservação da democracia no Brasil.

No primeiro capítulo, será examinada a estrutura do Estado Democrático de Direito Brasileiro, incluindo a Constituição Cidadã de 1988; a participação popular e garantias constitucionais.

No segundo capítulo ocorrerá o estudo dos desafios e ameaças ao Estado Democrático de Direito, abrangendo os retrocessos e cláusulas pétreas; bem como crimes políticos e violências contra o Estado Democrático.

No terceiro capítulo, serão investigadas as perspectivas e caminhos para a preservação da democracia, começando pela educação e conscientização e chegando no reforço legislativo e judicial.

Por fim, nas considerações finais, serão apontados os principais pontos ventilados na pesquisa, bem como sugestões de ações que podem ser tomadas para a defesa do Estado Democrático de Direito.

A metodologia adotada será a de revisão: tanto bibliográfica quanto normativa sobre o tema. Ademais, também se realizará um estudo de caso, especificamente, sobre os atos antidemocráticos contra o Congresso, Planalto e Supremo Tribunal Federal, de 08 de janeiro de 2023, considerados crimes políticos, a fim de se demonstrar o estado da arte a respeito do assunto

1 ESTRUTURA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO

José Joaquim Gomes Canotilho, ensina que o Estado Democrático de Direito é:

[...] aquele que, fundamentado na Constituição, assegura a proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos e a efetiva participação da cidadania na tomada de decisões políticas. Esse modelo de Estado busca garantir a legalidade, a separação dos poderes e a justiça social, criando um equilíbrio entre o poder estatal e as liberdades individuais (Canotilho, 2003, p. 4).

No caso do Brasil a estrutura do Estado Democrático de Direito se encontra prevista na Constituição Cidadã de 1988, e tem entre seus principais pilares a participação popular e as garantias constitucionais, como se passará a analisar.

1.1 Constituição Cidadã de 1988

A Constituição de 1988 representa a Lei Maior do Brasil, estabelecendo direitos e garantias fundamentais, bem como a separação de poderes. A Constituição garante direitos individuais, coletivos e sociais, promovendo uma estrutura de governo que inclui a participação da União e das unidades federadas, além de assegurar a autonomia dos estados e a representatividade popular no poder legislativo.

Ademais, a estrutura do Estado Democrático de Direito do Brasil vem elencada na Constituição Cidadã, como salienta Dalmo de Abreu Dallari:

O poder político é compartilhado pela União e pelas unidades federadas. Existe um governo federal, do qual participam as unidades federadas e o povo. E existem governos estaduais dotados de autonomia política, podendo fixar sua própria orientação nos assuntos de seu interesse, desde que não contrariem a Constituição Federal. Para assegurar a participação dos estados no governo federal foi constituído o poder legislativo bicameral. O Senado é o órgão de representação dos Estados, assegurar-se a todas as unidades federadas igual número de representantes. Na outra Casa do poder legislativo é o próprio povo que se faz representar (Dallari, 2016, p. 255).

A Carta Magna também prevê outros mecanismos que compõe a estrutura do Estado, mais especificamente a possibilidade de o povo participar das tomadas de decisões, bem como o sistema que visa garantir a consecução dos direitos fundamentais, abordados na sequência.

1.2 Participação Popular e Garantias Constitucionais

O sistema democrático brasileiro permite a participação direta da população em processos decisórios como, por exemplo, em ações populares, plebiscitos, referendos e o voto. Pela óptica de João Ribeiro Junior a participação popular é:

[...] um pilar fundamental para a legitimidade do Estado Democrático de Direito. Ela não apenas reforça a democracia, mas também assegura que as decisões políticas e administrativas estejam em sintonia com as necessidades e anseios da população, promovendo um governo mais inclusivo e representativo (Ribeiro Junior, 1997, p. 34).

Seguem alguns exemplos de artigos da Constituição Federal de 1988, que preveem a participação popular:

Artigo 1º [...]

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

[...]

Artigo 14 [...]

[...]

§ 3º A eleição será realizada mediante votação direta e secreta."

§ 4º São formas de exercício da soberania popular: a eleição, o plebiscito e o referendo.

[...]

Artigo 64 [...]

§ 1º O Presidente da República, na hipótese do § 2º do art. 85, poderá, mediante aprovação do Congresso Nacional, convocar referendo ou plebiscito para a matéria objeto da denúncia.

[...]

Artigo 66 [...]

[...]

§ 3º O Senado Federal, na hipótese de denúncia de infração dos direitos constitucionais, pode convocar audiência pública (Brasil, 1988).

Logo as garantias constitucionais foram criadas como mecanismo, para coibir o abuso estatal ou ilegalidade cometida pela autoridade coatora, de modo a proteger os direitos fundamentais dos indivíduos, os quais são:

- Direitos individuais e coletivos (artigo 5º, da CF);
- Direitos sociais (artigo 6º ao artigo 11, da CF);
- Direitos de nacionalidade (artigo 12 e 13, da CF);
- Direitos políticos (artigo 14 ao 17, da CF), (Brasil, 1988).

Dessa forma, os Direitos Fundamentais legitimaram-se no decorrer dos anos na seara nacional impactando tanto a Constituição, quanto às legislações infraconstitucionais como, por exemplo, Lei Maria da Penha, Crime Antiterrorismo etc.

Ademais, na seara internacional, tais direitos também se consolidaram por intermédio de acordos e convenções internacionais, como por exemplo: o Pacto de San José da Costa Rica, a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, o Acordo de Paris etc.

Assim, as garantias fundamentais são mecanismos previstos na Constituição que têm o objetivo de corrigir ou evitar violação ou constrangimento dos direitos fundamentais, conforme o caso.

No âmbito jurídico, esses mecanismos são chamados de remédios constitucionais, e são: *habeas corpus*; *habeas data*, mandado de injunção e mandado de segurança. Para Uadi Lâmmego Bulos as garantias constitucionais:

[...] visam assegurar a proteção dos direitos e liberdades dos indivíduos, garantindo que o Estado respeite e não viole essas prerrogativas essenciais. Elas constituem o núcleo duro da Constituição e são indispensáveis para a manutenção do Estado Democrático de Direito (Bulos, 2018, p. 87).

Salienta-se, tanto a participação popular quanto as garantias fundamentais têm o intuito de preservar o mínimo existencial e, conseqüentemente, a dignidade da população brasileira, com base na redução das desigualdades sociais e, assim, enfrentar os desafios e ameaças ao Estado Democrático de Direito.

2 DESAFIOS E AMEAÇAS AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

A existência da Constituição Cidadã de 1988, por si só já é um demonstrativo do intuito do Estado em garantir os direitos fundamentais da população brasileira. Contudo, na prática é público e notório que existem vários problemas para a implementação de tais direitos.

Os principais desafios e ameaças ao Estado Democrático de Direito, são os retrocessos propalados por uma parte da população, como por exemplo, a reivindicação da retomada da Ditadura Militar, vigente entre 1964 e 1985, o que afetaria a previsão sobre as cláusulas pétreas da Carta Magna, e que podem resultar em crimes políticos e outras violências contra o arcabouço normativo do Brasil, como segue.

2.1 Retrocessos e Cláusulas Pétreas

As Cláusulas Pétreas, definidas no Art. 60, § 4º, da Constituição, garantem que certos princípios fundamentais não sejam abolidos por emendas constitucionais, os quais são:

[...]

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais (Brasil, 1988).

Sobre o tema leciona Nelson Nery Júnior que:

A norma proíbe o Congresso Nacional de elaborar emenda constitucional que vise abolir as garantias que menciona. Por essa razão essas garantias são denominadas de *cláusulas pétreas*, isto é, imodificáveis por meio do processo legislativo ordinário de emenda constitucional. As *cláusulas pétreas* constante da norma comentada abrange não apenas os direitos e garantias individuais, mas, os direitos e garantias fundamentais, individuais e coletivos. Os direitos

e garantias fundamentais são a base do Estado Democrático de Direito, quer tenham como titular pessoa física ou jurídica direito individual coletivo ou difuso, e por essa razão é que não podem ser abolidas por emenda constitucional. (Nery Júnior, 2017, p. 685).

Contudo, existem ameaças contínuas ao Estado Democrático de Direito, incluindo tentativas de retrocessos por grupos que defendem regimes totalitários e ações que desrespeitam a dignidade humana e os direitos fundamentais.

Uma das principais ameaças ao Estado Democrático de Direito parte de determinados membros da sociedade civil que clamam por regimes totalitários, como a volta da Ditadura Militar, e que, por vezes, de modo violento, afetam entidades governamentais e entes públicos que balizam ao Estado Democrático vigente, e por ferirem princípios fundamentais inerentes à dignidade da pessoa humana, devem ser combatidos veementemente.

Um exemplo recente de tais ameaças, que visam impor tais retrocessos à democracia brasileira, foram os atos de vandalismo e depredação em Brasília, por extremistas de direita no domingo (08 jan. 2023), contra o Congresso, o Planalto e o Supremo Tribunal Federal, que resultaram na prisão em flagrante de 300 pessoas (Poder 360, 2023).

Ao vandalizarem a Praça dos Três Poderes, em atos gravados por câmeras de segurança, por cinegrafistas das redes de televisão e pelos aparelhos celulares dos demais presentes, aqueles que ali se reuniram graciosamente se expuseram ao risco de responderem por delitos, inclusive contra o Estado Democrático de Direito. Igual risco assumiram os que passaram semanas a fio em acampamentos, incluindo os levantados no Plano Piloto e em frente a unidades das Forças Armadas, sobretudo do Exército Brasileiro, a pedirem, em ilusória “vigília cívica”, a imediata intervenção militar. Lá se manifestava o masoquismo de o sujeito desconsiderar o bem-estar próprio e da sua família, no longo prazo, em nome do gozo imediato, ao apelar à violência institucional e grupal (Frota, 2023)

Tais crimes políticos e as violências contra o Estado Democrático serão analisados a seguir.

2.2 Crimes Políticos e Violências Contra o Estado Democrático

Os atos violentos e ilegais de 8 de janeiro de 2023, contra o Estado Democrático de Direito, resultaram em vários processos baseados no Ordenamento Jurídico do Brasil para julgar os acusados por crimes políticos.

A Constituição e o Código Penal preveem penas severas para crimes que atentam contra o Estado Democrático de Direito, ou seja, crimes políticos que visam a desestabilização do governo ou a imposição de regimes autoritários são penalizados com reclusão e medidas adicionais. A proteção do regime democrático requer a manutenção de um sistema judicial robusto e a promoção de uma cultura de respeito à legalidade e aos direitos humanos.

A intolerância, fruto da sociedade pós-contemporânea, que coloca em risco e afronta o Estado Democrático de Direito brasileiro, pode ser caracterizada por crime político, que como menciona em seus estudos Gustavo Pamplona, ao citar Heleno Cláudio Fragoso, é aquele que visa atingir: “[...] os interesses políticos da nação, ou seja, a segurança externa e a segurança interna, que, por vezes, se mesclam e se confundem, e a ordem econômica e social do Estado” (Fragoso, 1981, p. 125 apud Pamplona, 2009, p. 22).

Hodiernamente a democracia encontra-se enfraquecida por atos antissociais e antidemocráticos, que visam agredir Direitos Humanos Fundamentais. Por tais motivos, foi promulgada a Lei nº 14.197, de 2021, que incluiu no Código Penal, na Parte Especial, o Título XII – “DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO”, mais especificamente, o Capítulo II – “DOS CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS” (Brasil, 2021), para frear interesses de grupos econômicos, políticos partidários e de elites reacionárias, com ideologias retrógradas.

Dessa maneira, as tentativas de abolir, intimidar, insultar e tentar impor intervenção militar com condutas de agressões física e moral, como os atos extremistas de janeiro de 2023, com pedidos de impeachment “simultâneo” do presidente da República, dos presidentes da Câmara e do Senado e dos ministros do STF (Grassi, 2023), são banidas e criminalizadas pelo Código Penal, e são tipificadas como “Abolição violenta do Estado Democrático de Direito”, mais especificamente em seu Art. 359-L, o

qual reza: “Tentar com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais. Pena: reclusão de 04 a 08 anos, além da pena de corresponde à violência” (Brasil, 1940).

Outrossim, o mesmo Códex Penal, prevê o “Golpe de Estado” em seu Art. 359-M, nos seguintes termos: “Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído. Pena - reclusão, de 04 a 12 anos, além da pena correspondente à violência” (Brasil, 1940).

Tais ditames infraconstitucionais servem como reforço para o Art. 5º, XLIV, da CF, o qual estabelece que: “Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático” (Brasil, 1988).

Logo, o Código Penal e a Constituição Cidadã trazem em seus bojos a proteção contra tentativas de destituir algum governante eleito de forma democrática e legítima, com atitudes violentas, com a intensão de cometer um Golpe de Estado, com emprego de grave ameaça e violência.

Assim, 226 réus julgados em razão dos crimes perpetrados em 08 de janeiro de 2023 (CNN Brasil, 2024), foram condenados: “[...] a penas que variam de 13 a 17 anos de prisão pelos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado” (Veja, 2024).

Dessa feita, por um lado ficam claros os desafios e as ameaças ao Estado Democrático de Direito, e por outro visualizam-se os instrumentos, - principalmente, mas não somente, os normativos e judiciais -, que podem e devem ser utilizados para preservar a democracia.

3 AS PERSPECTIVAS E CAMINHOS PARA A PRESERVAÇÃO DA DEMOCRACIA

A preservação do Estado Democrático de Direito exige um compromisso contínuo com a educação e a conscientização sobre a importância dos direitos humanos e da

democracia. É essencial promover a tolerância e o respeito às diferenças culturais e sociais para fortalecer a coesão social e prevenir a radicalização. Conforme Benevides:

A educação para a democracia difere, também, da simples instrução cívica, que consiste, por exemplo, no ensino da organização do Estado e dos deveres do cidadão, bem como difere da formação política geral, que visa a facilitar aos indivíduos a informação política, qualquer que seja o regime vigente. Em decorrência, a EPD⁴ nunca se fará por imposição, como uma doutrina oficial, mas pela persuasão, até mesmo porque um dos valores fundamentais da democracia é a liberdade individual, que não pode ser sacrificada em nome de qualquer ideologia, mesmo que esta apareça sob os tons de uma ideologia redentora e nacional (Benevides, 1996).

Para desenvolver este capítulo, tratar-se-ão importantes aspectos para a exploração de como a educação e a conscientização e demais propostas podem servir como pilares fundamentais para a manutenção e fortalecimento da democracia. Nesse contexto, é importante expor os dizeres de Cabral, o qual salienta que:

No cenário em que aos exigentes pressupostos comunicativos opõe-se a inexperiência democrática, aclara-se a significância da educação como mecanismo fundamental, embora não exclusivo, para a consolidação da democracia. A democracia está indissociavelmente vinculada a processos de aprendizagem que precisam ser atualizados em sua própria experiência, com todos seus vícios e imperfeições.

Por *valores democráticos*, estreitamente ligados aos republicanos, e também interdependentes entre si, entendem-se o reconhecimento da igualdade, o respeito aos direitos humanos e à vontade da maioria, legitimamente formada. Em outras palavras, trata-se de:

a) *a virtude do amor à igualdade*, de que falava Montesquieu, considerando-a ao mesmo tempo "coisa simples e preciosíssima", como uma virtude eminentemente política - nem referida as virtudes de cunho religioso, nem as da moral privada, - e que se manifesta no sentimento *político* da igualdade de todos, com o conseqüente repúdio a qualquer forma de privilégio;

b) *o respeito integral aos direitos humanos*, cuja essência consiste na vocação de todos - independentemente de diferenças de raça, etnia, sexo, instrução, credo religioso, opção política ou posição socioeconômica -, a viver com dignidade, o que traz implícito o valor da solidariedade;

c) *o acatamento da vontade da maioria, legitimamente formada, porém com constante respeito pelos direitos das minorias*, pressupondo-se, mais uma vez, a aceitação da diversidade e a prática da tolerância. A ênfase no valor da tolerância e o respeito ao direito das minorias diferencia, com clareza, a educação para a democracia de outros tipos de "educação política" (Cabral, 2016).

⁴ EPD: Educação Para a Democracia.

Dois são os aspectos importantes a apontar, quais sejam o currículo escolar e a educação para a cidadania. Ou seja, é imperativo implementar currículos que incluam a história das instituições democráticas, os direitos humanos e a importância da participação cidadã. Ademais, é vital que os alunos entendam como funcionam as instituições democráticas e o papel que desempenham como cidadãos.

De imediato, no que concerne à educação para a cidadania, é essencial o desenvolvimento de programas de educação cívica que ensinem habilidades práticas, como a participação em processos eleitorais, o entendimento das leis e a importância do voto consciente. Vejamos o posicionamento de Cabral a respeito:

Concebida a experiência democrática como forma de vida racional e moralmente autônoma, sob o discurso, a educação que promove, dialogicamente, o pleno desenvolvimento da pessoa, não se distingue daquela que prepara para o exercício da cidadania. É educação na e para a democracia, ligando indissociavelmente os objetivos previstos na Constituição. É formação para a emancipação. Trata-se, de qualquer forma, de experiências — a educação e a democracia — que, recusando meta-histórias, não tem metagarantias de êxito. Em sua incompletude dinâmica, são potencialmente transformadoras. Mas são, também, inevitavelmente arriscadas, delicadas, frágeis. Por isso, um desafio a ser enfrentado (Cabral,2016).

Outro aspecto relevante é o desenvolvimento do pensamento crítico através da análise crítica dos meios de comunicação com a inclusão no currículo de técnicas para avaliar e analisar a informação de forma crítica, ajudando os alunos a distinguir entre notícias falsas e informações confiáveis, bem como os debates e discussões visando estimular o debate aberto e a discussão sobre temas políticos e sociais, promovendo o respeito pelas diferentes opiniões e o desenvolvimento do pensamento crítico. Nesse sentido, Araújo destaca que:

Um dos grandes problemas enfrentados pela educação brasileira, nos dias de hoje, é a inadequação dos conteúdos trabalhados nas diversas disciplinas da grade curricular. Uma visão mais crítica mostra que, de maneira geral, esses conteúdos estão dissociados da realidade e do cotidiano dos alunos e das alunas. Isso, além de provocar a falta de interesse, é uma das fontes para o grande problema de indisciplina e violência que hoje assola as escolas. O fato de o aluno não compreender a utilidade de um determinado conteúdo para o seu dia-a-dia, ou mesmo para sua vida, aumenta a probabilidade de apatia ou de manifestação das diversas formas de violência. À medida que a sociedade e a escola se democratizam, inicia-se uma cobrança para que a escola, e os

conteúdos por ela trabalhados, sejam mais interessantes e próximos do cotidiano e da realidade dos alunos.

Propostas de contextualizar na realidade dos estudantes os conteúdos escolares e de trabalhar outros como a ética, a sexualidade, os sentimentos etc., vêm sendo implementadas em muitos lugares e estão presentes, inclusive, nos diversos referenciais curriculares do sistema de ensino brasileiro, que passaram por recente reforma.

Entendo que uma escola que almeje a democracia e a formação de sujeitos éticos competentes para o exercício da cidadania precisa ter coragem e desejo político de reorganizar sua estrutura curricular (Araújo, 2000).

No mesmo passo educacional, temos a proposta de promoção da tolerância e respeito às diferenças criando e promovendo iniciativas que celebrem a diversidade cultural, étnica e social dentro das escolas e comunidades. Projetos que envolvam estudantes e cidadãos na valorização da diversidade podem reduzir preconceitos e promover um ambiente mais inclusivo.

Há que se falar também em programas de integração com o objetivo de implementar programas que promovam a integração de grupos marginalizados ou minoritários, garantindo que todos tenham voz e representação na sociedade.

Em um cenário de educação sobre radicalização: educar sobre os sinais de radicalização e como prevenir a adesão a ideologias extremistas. Programas de sensibilização podem ajudar a identificar e abordar precocemente atitudes e comportamentos que possam levar à radicalização.

Outro ponto importante para ser abordado é o diálogo intercultural que visaria promover o diálogo entre diferentes culturas e religiões para fomentar a compreensão mútua e reduzir a polarização. Araújo assim expõe que:

O foco, em minha opinião, deve centrar-se na construção do que costuma chamar-se personalidades morais, independente do nome que se dê a tal tipo de educação. Ou seja, o objetivo de uma formação ética deve ser o de atuar intencionalmente para que a escola propicie aos sujeitos da educação os instrumentos necessários à construção de sua competência cognitiva, afetiva, cultural e orgânica, dando-lhes condições de agir moralmente no mundo.

Mesmo sabendo que o espaço escolar não é o único que interfere em tal processo, pois existem outros contextos sociais, como o da família, das amizades, da mídia etc., a escola pode ter um papel fundamental por ser a instituição socialmente criada para a formação das futuras gerações. Nesse sentido, compete aos profissionais da educação estarem atentos às suas ações e propostas político-pedagógicas. Romper com o modelo de escola que conhecemos, repensando e reorganizando os espaços, os tempos e as relações interpessoais que o caracterizam, é um passo importante. Reconhecer as

limitações dessa intervenção, conscientes dos princípios de incerteza que permeiam a complexidade das relações humanas, é um outro passo a ser considerado (Araújo, 2000).

Outrossim, é muito importante uma proposta de reforma que integrem educação cívica e direitos humanos em todos os níveis de ensino, desde a educação básica até o ensino superior. Através de financiamento e recursos com a pretensão de garantir que as escolas tenham os recursos necessários para implementar programas de educação cívica e projetos de inclusão.

Algumas propostas relevantes são as parcerias com ONGs e Organizações Comunitárias que tem em seu projeto de atividade a colaboração e conscientização que atinjam um público mais amplo através de programas de treinamento para educadores, oferecendo treinamento contínuo para professores e educadores sobre como abordar questões de cidadania e direitos humanos em suas aulas.

No cenário tecnológico, cogita-se o papel das plataformas online que cada vez mais tendem a desenvolver e promover plataformas online e recursos digitais que ofereçam acesso a materiais educacionais sobre democracia e direitos humanos.

Ademais, o papel das mídias sociais é muito relevante, pois utilizam as mídias sociais para campanhas de conscientização e educação, alcançando um público mais amplo e engajado.

No campo da medição e avaliação, sobre as propostas em prol do fortalecimento democrático, temos a avaliação de impacto que implementaria sistemas para avaliar o impacto das iniciativas de educação e conscientização na compreensão e participação cidadã, para coletar feedback de alunos, educadores e comunidade para ajustar e melhorar continuamente os programas e políticas.

A educação e a conscientização são ferramentas cruciais para a preservação e fortalecimento da democracia. Ao investir em um sistema educacional robusto e em estratégias eficazes de conscientização, é possível cultivar uma sociedade mais informada, tolerante e engajada, essencial para o funcionamento saudável de qualquer democracia.

Por fim, o aspecto de fortalecimento das instituições judiciais e legislativas é fundamental para assegurar que os direitos fundamentais sejam respeitados e que haja

mecanismos eficazes para combater abusos e ameaças à democracia. A implementação de novos artigos no Código Penal e a aplicação rigorosa das leis existentes ajudam a proteger o regime democrático e a garantir a paz social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado Democrático de Direito brasileiro, consolidado pela Constituição de 1988, enfrenta desafios significativos que ameaçam a estabilidade e a integridade da democracia. A Constituição Federal de 1988, com suas garantias e princípios fundamentais, é essencial para a proteção dos direitos humanos e a manutenção da justiça social. No entanto, é necessário um esforço contínuo para enfrentar retrocessos, promover a educação e fortalecer as instituições responsáveis pela defesa da democracia.

A manutenção da dignidade da pessoa humana e a proteção dos direitos fundamentais são fundamentais para garantir um futuro democrático e justo para todos os cidadãos brasileiros.

A proteção do regime democrático de direito brasileiro, fundamentada nos pilares constitucionais e infraconstitucionais, bem como na máxima *dura lex, sed lex*, é essencial para garantir as normas que asseguram as garantias constitucionais fundamentais, promovendo assim a paz social.

A tutela dos direitos fundamentais dentro do Estado Democrático de Direito, torna-se imprescindível e necessária para a defesa de não discriminação contra as minorias.

Para tal é imperativo implementar currículos que incluam a história das instituições democráticas, os direitos humanos e a importância da participação cidadã. Ademais, é vital que os alunos entendam como funcionam as instituições democráticas e o papel que desempenham como cidadãos.

De imediato, no que concerne à educação para a cidadania, é essencial o desenvolvimento de programas de educação cívica que ensinem habilidades práticas, como a participação em processos eleitorais, o entendimento das leis e a importância do voto consciente.

Conclui-se que a conscientização da população sobre a importância de seguir um caminho progressista e positivista é fundamental para a preservação da democracia, garantindo sempre o respeito ao princípio da dignidade humana e aos direitos fundamentais e sociais, promovendo assim a plenitude da cidadania brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses F. Escola, democracia e a construção de personalidades morais. **Educação e Pesquisa**. Publicação de: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Área: Ciências Humanas. Versão impressa ISSN: 1517-9702. Versão on-line ISSN: 1678-4634. 26 (2). dez. 2000. 91–107. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022000000200007>. Acesso em: 10 set. 2024.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. Publicação de: CEDEC. Área: Ciências Humanas. Versão impressa ISSN: 0102-6445 Versão on-line ISSN: 1807-0175 [Internet]. dez. 1996; (38): 223–37. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yKyLWKGYYV8TNKLLKrRR6LpD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Publicada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal**. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 05 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.197, de 1º de setembro de 2021**. Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14197.htm#art2. Acesso em: 05 set. 2024.

BULOS, Uadi Lammego. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CABRAL, Guilherme Perez. Educação *na e para* a democracia no Brasil: considerações a partir de J. Dewey e J. Habermas. **Debates & polêmicas**. Publicação de: Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes. Área: Ciências Humanas, Versão on-line ISSN: 1678-4626. Educ. Soc. 37 (136). Jul.-set. 2016. 873–89. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/4tPyDLyMfHpdLRJsHVYRwYx/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2024.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2003.

CNN BRASIL. **Com análise virtual, STF já soma 226 condenados um ano e meio após o 8 de janeiro**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/com-analise-virtual-stf-ja-soma-226-condenados-um-ano-e-meio-apos-o-8-de-janeiro/>. Acesso em: 15 set. 2024.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2016.

FROTA, Hidemberg Alves da. Os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023: sadismo, masoquismo e vidas colonizadas. **Revista Jurídica UNIGRAN**. Dourados, MS. v. 25. n. 50. jul./dez. 2023 Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Hidemberg-Alves-Da-Frota/publication/378033956_Os_atos_antidemocraticos_de_8_de_janeiro_de_2023_sadismo_masoquismo_e_vidas_colonizadas/links/65c3b5e134bbff5ba7f5382d/Os-atos-antidemocraticos-de-8-de-janeiro-de-2023-sadismo-masoquismo-e-vidas-colonizadas.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

GRASSI, Amaro; *et al.* Ataque à democracia e repercussão do dia 8 de janeiro: disputas narrativas em torno dos atos antidemocráticos nas plataformas on-line. **FGV e CMI - Escola de Comunicação, Mídia e Informação**. Rio de Janeiro. Jun. 2023 Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/381f6ac1-4493-40bc-ae6-73da4446bbf0/content>. Acesso em: 10 set. 2024.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional**. São Paulo: Revista do Tribunais, 2017.

PAMPLONA, Gustavo. Crime político no Estado Democrático de Direito: o *nocrim* a partir de Hannah Arendt. **MPMG Jurídico**. Publicação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Ano IV - N.º 18, outubro/novembro/dezembro – 2009. ISSN 1809-8673. Disponível em: https://www.mpmg.mp.br/data/files/1F/C3/E9/6E/E744A7109CEB34A7760849A8/MPMGJuridico_18.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

PODER 360. **Brasília foi vandalizada e 300 foram presos no domingo**. 09 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-foi-vandalizada-e-300-foram-presos-no-domingo/>. Acesso em: 09 set. 2024.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **Teoria Geral do Direito Constitucional**. Bauru-SP: Edipro, 1997.

VEJA. STF chega a 173 bolsonaristas condenados pelo ataque de 8 de janeiro. 09 de maio de 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/stf-chega-a-173-bolsonaristas-condenados-pelo-ataque-de-8-de-janeiro>. Acesso em: 09 set. 2024.

Submetido em 20.09.2024

Aceito em 30.09.2024